

Contabilidade e Sustentabilidade Ambiental

Accounting and Environmental Sustainability

Jurandir Savi

Graduado em Ciências Contábeis - CEALPA – Lucélia

Mestre em Contabilidade Avançada – UNIMAR – Marília

Doutor em Geografia – UNESP – Presidente Prudente

Vice-Diretor Geral - FAI

Resumo

A escassez dos recursos naturais resultante de seu uso indiscriminado e a geração de resíduos que causam degradação ao meio ambiente devido a sua má disposição, são questões que vêm recebendo destaque entre os pesquisadores á algum tempo, fazendo parte, inclusive, do planejamento estratégico das empresas. Neste sentido, a contabilidade apresenta-se como importante ferramenta, por fornecer informações das transações e eventos econômicos, passíveis de mensuração, realizados pelas empresas. Este estudo tem por objetivo verificar a relação e a importância da contabilidade no meio ambiente, analisando as inovações trazidas pela contabilidade ambiental face à sua capacidade de prover informações que possam alertar os vários agentes sócio-ambientais para a gravidade do problema vivenciado, ajudando desta forma, na busca de soluções e na tomada de decisões que contribuam para a sustentabilidade ambiental econômica e social.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental, Sustentabilidade, Balanço Social

Abstract

The scarcity of natural resources resulting from bad use and the production of residues, which harm the environment due to their improper exposition, are issues that have gotten a lot of attention of researchers as they have started being included in companies strategic planning. For that reason, accounting is considered an important tool for it provides information on transactions and economical events realized by companies. This paper aims to verify the relation and the importance of accounting in the environment by analyzing innovations brought by environmental accounting before its ability for providing information which can alert various socio-

environmental agents about the severity of the problem. This will in return help in the lookout for solutions and in decision making which contribute towards the environmental economical and social sustainability.

Palavras-chave: Environmental Accounting, Sustainability, Social Balance

Introdução

Não basta uma empresa se declarar ecoeficiente e socialmente responsável. É preciso provar. Para isso, deve adotar indicadores, medi-los e apresentá-los aos tomadores de decisão[...] (ALMEIDA, 2002 apud TINOCO; KRAEMER, 2004, p.254)

O tema meio ambiente pode e deve ser examinado sob vários ângulos. Todas as ciências devem considerá-lo objeto de pesquisas e estudos haja vista sua importância para a humanidade.

Nos últimos anos, a globalização da economia vem aumentando a pressão, exercida pela sociedade, sobre as empresas que não respeitam o meio ambiente para que estas adotem uma postura responsável, produzindo sem gerar agressão à natureza. Para isto elas estão implantando um Sistema de Gestão Ambiental de acordo com as normas da série ISO 14000.

A inclusão da proteção do ambiente entre os objetivos da administração amplia substancialmente todo o conceito de administração. Os administradores cada vez mais têm de lidar com situações em que parte do patrimônio das empresas é simplesmente ceifada pelos processos que envolvem o ressarcimento de danos causados ao meio ambiente, independentemente desses danos poderem ser remediados ou não. Por esta razão, aliada a exigência do mercado, estas empresas estão

sendo compelidas a adotarem uma política de controle, preservação e recuperação ambiental a fim de garantirem sua continuidade e promoverem sua prosperidade.

Com o passar dos anos, os recursos naturais, foram consumidos de maneira indiscriminada. Alguns, limitados e sem possibilidades de serem renovados, e outros, com possibilidades de preservação e renováveis, continuam sendo utilizados de forma inadequada. A geração desenfreada e a disposição inadequada dos resíduos constituem grande foco de poluição ambiental, ocasionando problemas nas áreas política, social, econômica, técnica, ambiental e de saúde. (SAVI, 2005) Atenção e cuidados para os recursos disponíveis na natureza ou a fabricação de produtos e resíduos que venham a afetar o meio ambiente são variáveis que se destacam no planejamento estratégico das empresas. Manter o grau de necessidades e desejos da população permitindo que os recursos naturais estejam disponíveis para gerações futuras é um dilema que as empresas estão enfrentando nos últimos anos.

Em todo o mundo pode-se observar as atenções em volta ao tema, com elaboração de estudos teóricos e acontecimentos sociais que indicam que o desafio está sendo encarado com seriedade, tendo em vista o futuro da humanidade, tanto é que fatos recentes são sintomáticos e retratam que a sociedade passou a exigir a concretização dos elementos que se destinam a garantir uma convivência democrática num ambiente ecologicamente equilibrado.

Caminha - se para um consenso quanto à adesão de um novo estilo de desenvolvimento que deve combinar eficiência econômica com justiça social e prudência ambiental. A combinação desses elementos somente será possível se houver um esforço conjunto de todos, que objetivando seu futuro, atinja o bem-estar.

Atualmente, os profissionais da classe contábil estão preocupados com a preservação do meio ambiente, atentando para questões de responsabilidade social e no desenvolvimento sustentável. Para mensurar estas constantes mutações em nosso meio ambiente, as empresas ligadas diretamente com a extração de recursos naturais estão implantando a Contabilidade Ambiental em suas atividades.

A Contabilidade Ambiental está sendo uma grande conquista para a classe contábil, pois além de ter uma legislação muito bem elaborada acerca do meio

ambiente, está sendo de grande valia para as empresas, identificando, avaliando, registrando, demonstrando e analisando os fatos ambientais decorrentes de sua atividade exploratória.

Materiais e Métodos

Este artigo foi elaborado utilizando, como base, informações levantadas por meio de pesquisa, análise de livros referente à contabilidade ambiental e boletins informativos referentes a assuntos contábeis. Alguns artigos publicados em sites na internet também serviram de base para sua elaboração.

Discussão

A importância da contabilidade ambiental

Para Tinoco; Kraemer (2004, p. 12) “a contabilidade [...] é o veículo adequado para divulgar informações sobre o meio ambiente”. Através dela pode-se identificar, estimar, alocar, administrar e reduzir os passivos ambientais da empresa, permitindo o uso consciente e eficiente dos recursos naturais, bem como, propiciar à empresa o fornecimento de relatórios contábeis, sendo utilizados no processo de tomada de decisões, assim como na demonstração de sua preocupação com o meio ambiente e com a sociedade, aumentando a credibilidade de seus produtos junto à sociedade e ao mercado.

No meu ponto de vista, enquanto contador e ambientalista, a Contabilidade Ambiental pode ser definida em 3 formas:

- Na esfera privada, como avaliação dos aspectos ambientais, no que se refere a ISO 14000 e os custos de controle, remediação e prevenção da poluição;
- Na avaliação ambiental dos cursos privados, sociais e ambientais, que em geral não são incorporados na análise financeira, dentro da perspectiva de desenvolvimento sustentável;
- Na mensuração da renda sustentável com a introdução da variável ambiental nas Contas Nacionais para o desenvolvimento sustentável.

A EPA – Environmental Protection Agency (2002) classifica os tipos de Contabilidade Ambiental em:

- Contabilidade Nacional: referente a medidas Macroeconômicas e Economia Nacional, sendo direcionados a usuários externos;
- Contabilidade Financeira: onde o enfoque é a empresa e também é direcionado a usuários externos;
- Contabilidade Gerencial ou de Custos: Também tem seu enfoque na empresa, mas especificamente, nos Departamentos, Linhas de Produção, por exemplo, sendo direcionado a usuários internos em especial, dirigida à administração dos custos, para tomada de decisões administrativas no âmbito da produção. (KRAEMER, 2005)

A Contabilidade Ambiental tem grande importância na geração e processamento das informações, com identificação e registro de eventos ambientais, dando parâmetros aos usuários em suas tomadas de decisões.

Ativos ambientais

A contabilidade dispõe de várias classificações para o Ativo, e segundo Iudícibus (1997, p.123) estudar o ativo é tão importante “que poderíamos dizer que é o capítulo fundamental da Contabilidade, porque à sua definição e avaliação está ligada a multiplicidade de relacionamentos contábeis que envolvem receitas e despesas”.

Para estudiosos como Francisco D’Auria, citado por Iudícibus (1997, p.123), ativo é “o conjunto de meios ou a matéria posta à disposição do administrador para que este possa operar de modo a conseguir os fins que a entidade entregue à sua direção tem em vista (...)”.

Já ativo ambiental, representa todos os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, podendo estar na forma de capital circulante ou capital fixo, representando, também, os estoques dos insumos utilizados no processo de eliminação ou redução dos resíduos poluentes; os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações adquiridas para amenizar os impactos causados ao meio ambiente; os gastos com pesquisa visando o desenvolvimento de tecnologias modernas de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que vão refletir nos exercícios futuros.

As características dos ativos ambientais variam de uma entidade para outra, pois a diferença entre os

vários processos operacionais, das distintas atividades econômicas, deve compreender todos os bens utilizados no processo de proteção, controle, conservação e preservação ambiental. Os ativos ambientais, todos decorrentes de investimentos na área do meio ambiente, deverão ser classificados em títulos contábeis específicos, identificando, de forma adequada, os estoques ambientais, o ativo permanente imobilizado ambiental e o diferido ambiental.

Passivos ambientais

Martins (1972 apud Santos, J.L. et al., 2007, p.121) “define passivo como sendo o resultado econômico a ser sacrificado no futuro em função de dívida e/ou obrigações contraídas perante terceiros.” Já Passivo Ambiental é toda obrigação contraída voluntariamente ou não cuja destinação sejam ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, as quais originam em contrapartida, um ativo ou custo ambiental.

Na opinião do IBRACON (1996, p.5): “O passivo ambiental pode ser conceituado como toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial.” Mas não podemos outorgar ao passivo a sobrecapa de uma agressão contra o meio ambiente. Tinoco; Kramer (2004, p.178), ressalta que:

[...] os passivos ambientais [...] não tem origem apenas em fatos de conotação tão negativa. Podem originar-se de atitudes ambientalmente responsáveis, como os decorrentes da manutenção de sistema de gerenciamento ambiental, os quais requerem pessoas para sua operacionalização. Tais sistemas exigem ainda a aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, instalações para seu funcionamento. Tais investimentos podem ser financiados por fornecedores ou por meio de instituições de crédito, como o BNDES e Banco do Brasil.

Receitas ambientais

Segundo Iudícibus; Marion, (2000, p.173) a receita pode ser definida como: “(...) o acréscimo de benefícios econômicos durante o período contábil na forma de entrada de ativos ou decréscimo de exigibilidade e que redonda num acréscimo do patrimônio líquido, outro que

não o relacionado a ajustes de capital (...)"

O objetivo principal da implantação da gestão ambiental não é gerar receita para a empresa, e sim, desenvolver uma política responsável acerca dos problemas ambientais. Mas isto não impede que a empresa tire algum proveito econômico deste processo.

Tinoco; Kraemer (2004 – p.187, 188) apontam como principais fontes de receitas as seguintes ações:

- prestação de serviços especializados em gestão ambiental;
- venda de produtos elaborados de sobras de insumos com o processo produtivo;
- venda de produtos reciclados;
- receita de aproveitamento de gases e calor;
- redução do consumo de matérias-primas;
- redução do consumo de energia;
- redução do consumo de água;
- participação no faturamento total da empresa com o reconhecimento de sua responsabilidade com o meio ambiente.

Ainda, de acordo com Tinoco; Kraemer (2004), é preciso, também, levar em consideração o ganho de mercado que a empresa adquire quando há o reconhecimento dos consumidores sobre sua política ambientalista, pois, é fato que empresas que investem em meio ambiente percebem em desempenho positivo, nos aspectos econômico, financeiro, ambiental e social, além de que com o incentivo ao incremento da produtividade de suas matérias-primas utilizadas em seu processo produtivo, por analogia, resulta em receitas, além da contribuição para a redução de impactos ambientais.

Custos e despesas ambientais

Sob um enfoque ambiental, custos e despesas ambientais são os gastos ou consumo de ativos referentes à proteção ao meio ambiente. Sua classificação está baseada em função da sua vida útil, ou seja, baseados em características referentes à amortização, exaustão e depreciação, aquisição de insumos que auxiliam no controle da emissão de efluentes, resíduos de produtos, tratamento e recuperação de áreas contaminadas, mão-de-obra utilizada nas atividades de controle, preservação e restauração do meio ambiente. Utilizados de forma direta na produção esses gastos são classificados como

custos e se de forma indireta, como despesas.

Há ainda outros gastos que, mesmo operacionais, podem se classificar como ambientais, porém é necessário que tenham alguma relação entre a evolução da empresa e o meio-ambiente e, conseqüentemente, com a sociedade, mesmo que de forma indireta. Podemos citar, como exemplo, os gastos com pesquisas de novos produtos ou novas formas de produção, reduzindo o consumo de insumos naturais esgotáveis e não esgotáveis, visando a melhora de qualidade dos produtos.

“A Contabilidade de Gestão Ambiental ao identificar, avaliar e imputar os custos ambientais, permite aos gestores adotar procedimentos para reduzir custos.” (TINOCO; KRAEMER, 2004, p.168)

Balanço social

O balanço social, na visão de Tinoco; Kraemer (2004, p.87), “é um instrumento de gestão e informação que visa evidenciar [...] informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferentes usuários”.

Seu principal objetivo é dar ampla publicidade à responsabilidade social das empresas, fornecendo dados aos usuários da informação contábil a respeito das políticas internas voltadas à promoção humana de seus empregados e à qualidade de vida nas empresas; da formação e distribuição da riqueza; da postura das entidades em relação ao meio ambiente; e das contribuições espontâneas à comunidade.

Hodiernamente, essa prática, vem sendo difundida no Brasil por um número cada vez maior de organizações empresariais. A sua elaboração e divulgação, de forma a apresentar uma imagem da empresa, vem atraindo tanto o consumidor quanto os investidores, o financiador, o acionista e o agente de seguro para negociação mais lucrativa para a empresa, uma vez que esta apresenta menor risco.

“Outro aspecto importante, que é útil para evidenciar como o balanço social pode gerar retornos econômicos para as entidades é o fato de que o capital financeiro migra mais facilmente de um país para outro e de uma empresa para a outra, [...]. Isto significa que haverá uma seleção

natural daquelas empresas que melhor desempenho e imagem souber apresentar e explorar.” (CARVALHO, 2000, p.14-15).

Conclusão

A contabilidade não vai resolver os problemas ambientais, mas face a sua capacidade de fornecer informações, pode alertar os vários atores sociais para a gravidade do problema vivenciado, ajudando desta forma na procura de soluções. (FERREIRA, 2000 apud TINOCO; KRAEMER, 2004, p.147)

Pode - se perceber a tendência do consumidor em adquirir produtos advindos de empresas que se preocupam com o meio ambiente. Mais que isso, que concretizam, em ações, essas preocupações. Antenados a isto, as empresas tem começado a encarar a gestão ambiental como um assunto estratégico. Ademais, a gestão ambiental oferecerá às empresas oportunidades de adicionar valor e, apresentar-se-á como fator de competitividade através da percepção pública, economia de custos ou rendimentos adicionais, através da otimização de seu processo produtivo, aliado a um consumo sustentável de suas matérias-primas.

Neste sentido, a contabilidade apresenta-se como ferramenta imprescindível para a implementação e gerenciamento de um sistema de gestão ambiental. Contudo, não pode ficar reduzida à escrituração e mensurações quantitativas do patrimônio da empresa. Deve estar atenta à evolução tecnológica e as mudanças rápidas que o atual mercado demanda, criando modelos contábeis eficazes e orientando as empresas na implementação desses sistemas de gestão ambiental.

Além dos benefícios já citados, a utilização da contabilidade ambiental poderá gerar outros benefícios às empresas como um aumento no comprometimento dos funcionários, redução de multas por danos ambientais, menores custos na produção e, por conseguinte, de tratamento dos resíduos, além de explorar sua imagem perante os consumidores como fornecedora de bens e serviços ambientalmente corretos.

Atualmente, vários segmentos empresariais já possuem profissionais trabalhando com Contabilidade Ambiental, como por exemplo, as indústrias de cimento, usinas de asfalto, etc e há previsões bastante otimistas quanto ao crescimento na procura deste profissional, em virtude

da abrangência de outros segmentos empresariais. Agora, o desafio para a contabilidade está na inserção de uma mudança de paradigma, para um modelo contábil ambiental, uma contabilidade integrada que promova a competição e que compreenda movimentos econômicos, operativos e ambientais.

Referência Bibliografica

CALLADO, A.L.C. A Importância da Gestão dos Custos Ambientais. Universo Ambiental, Brasil, abr. 2008. Disponível em: <http://www.universoambiental.com.br/novo/artigos_ler.php? canal=4&canallocal=4&canalsub 2=10&id=224>. Acesso em 15 abr. 2008

CARVALHO, M. M. A. Balanço social: um novo olhar sobre o relatório contábil do futuro. In: CONGRESSOS BRASILEIROS DE CONTABILIDADE, 16. 2000, Goiânia. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia, CFC, 2000

IBRACON. Normas e procedimentos de auditoria. NPA 11 – Balanço e Ecologia. São Paulo: IBRACON, 1996.

IUDÍCIBUS, S. Teoria da Contabilidade. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J.C. Introdução à Teoria da Contabilidade. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2000.

KRAEMER, M.E.P. Contabilidade Ambiental – relatório para um futuro sustentável, responsável e transparente. GestioPolis, Bogotá-COL, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/ Canales4/fin/relatorio. htm>>. Acesso em: 19 mar. 2008.

MOURA, L.A.A., Economia Ambiental. Gestão de custos e investimentos. 2. ed. rev. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

OLIVEIRA FILHO, M.L. A Auditoria Ambiental como ferramenta de apoio para o desempenho empresarial e a preservação do meio ambiente: uma abordagem contábil e gerencial em Indústrias Químicas. 2002. 182 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PORTILHO, F. Sustentabilidade Ambiental, Consumo e

Cidadania. São Paulo: Cortez, 2005.

QUENTAL, N. A valoração económica de bens ambientais. Naturlink, Lisboa–POR, 2003. Disponível em: <<http://www.naturlink.pt/canais/Artigo.asp?iArtigo=12614&iLingua=1>>. Acesso em: 21 mar. 2008.

REBOLLO, M. G. A contabilidade como instrumento de controle e proteção do meio ambiente. Revista de Contabilidade do Conselho Regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: n. 104, p. 12-23, maio de 2001.

RIBEIRO, M.S. Contabilidade e Meio Ambiente. 1992. 141 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RIBEIRO, M.S. Custeios das Atividades de Natureza Ambiental. 1998. 241 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RISSONI, E.P.; SILVA, E.P.M. A contabilidade ambiental como instrumento de efetivação de direitos. Universia, São Paulo–BRA, out. 2005. Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/materia/materia_ijea.html>. Acesso em: 10 fev. 2008

ROCHA, A. et al. Contabilidade Ambiental: uma contribuição da ciência contábil a sustentabilidade a gestão ambiental. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/47.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2008

SANTOS, J.L., et al. Teoria da Contabilidade: introdutória, intermediária e avançada. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, R. ; MACIEL, L.E.S. Contabilidade na visão ambiental. Revista de Contabilidade do Conselho Regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: n. 05, dez. 2007.

SAVI, J. Gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos em Adamantina – SP: análise de viabilidade da usina de triagem de RSU com coleta seletiva. 2005, 239 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP.

TACHIZAWA, T. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa. São Paulo: Atlas, 2002.

TINOCO, J.E.P.; KRAEMER, M.E.P. Contabilidade e Gestão Ambiental. São Paulo: Atlas, 2004.

VALLE, C.E.; LAGE, H. Meio Ambiente. Acidentes, Lições, Soluções. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.